

### ACTA Nº13

-----**Acta da Reunião da Sessão Ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 29 de Abril de 2011.** -----

-----Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e onze, pelas dezoito horas e vinte minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em Sessão Ordinária, sob a Presidência do Senhor Carlos Manuel Simões das Neves, secretariado pelas Senhoras Leane Silva Leite e Maria da Graça Matias Gadelho, com a seguinte **Agenda de Trabalhos:** --

-----**A – Apreciação e votação de Actas de Reuniões Anteriores;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Período de “Antes da Ordem de Trabalhos”;** -----

-----**D – Período da “Ordem de Trabalhos”;** -----

-----**PONTO UM: INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA e), DO Nº1, DO ARTIGO 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO;** -----

-----**PONTO DOIS: PRESTAÇÃO DE CONTAS;** -----

-----**PONTO TRÊS: 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2011;** -----

-----**PONTO QUATRO: RECTIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO PARCIAL AO PLANO PORMENOR DA GAFANHA DA BOA HORA / FLORESTA;** -----

-----**PONTO CINCO: ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE VAGOS À 1ª REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL;** -----

-----**PONTO SEIS: PROPOSTA DE REGULAMENTO DE PUBLICIDADE, PROPAGANDA E OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO;** -----

-----**PONTO SETE: ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E SEU SUBSTITUTO, PARA O XIX CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES.** -----

-----**Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

-----Senhor Rogério Simões, Senhor Jorge Luís Nunes Oliveira, Senhora Susana Maria Ferreira Gravato, Senhor Paulo Ricardo Corticeiro de Sousa, Senhor Carlos Guilherme Freire Pereira e Senhora Catarina da Rocha Nunes de Oliveira, eleitos na lista do Movimento VAGOS Primeiro; -----

----- Senhor Joaquim António Pires Plácido, Senhor Juan Carlos Ferreira Martins, Senhor Rui Manuel de Almeida Neto, Senhora Madalena Marques dos Santos Simões Pinho, Senhor Carlos Augusto da Silva Francisco, Senhor Paulo Alexandre Pinho dos Santos, Senhora Maria de Fátima da Cunha Coelho Moço, Senhor André de Jesus Pinho e Senhor Francisco José Ferreira São Marcos, eleitos na lista do Partido Social Democrata; -----

-----Igualmente compareceram os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Senhor César Ferreira Ribeiro, Calvão; Senhor Albano Manuel de Jesus Gonçalves, Fonte de Angeão; Senhor Silvério de Jesus Rua, Ponte de Vagos; Senhor Cláudio André dos Santos Curto, Santa Catarina;

Senhora Maria Dulcília Martins Sereno, Santo André de Vagos; Senhor João Carlos Loureiro, Soza; Senhor Fernando Julião, Santo António de Vagos. -----

-----Faltaram à presente Sessão os seguintes membros da Assembleia Municipal: Senhora Dália Maria de Jesus Batista, Senhor Tony Richard Almeida e Senhor José António Gonçalves Ferreira. -----

-----Faltou à presente Sessão o Presidente de Junta de Freguesia de Covão do Lobo, Senhor Licínio Custódio Ramos, Presidente de Junta de Freguesia da Gafanha da Boa-Hora, Senhor Manuel José Ferreira Bogalho e a Presidente de Junta de Freguesia de Ouca, Senhora Maria Fernanda de Jesus Almeida. -----

-----Apresentaram pedido de substituição os Senhores Deputados Manuel Marcelino Santos Manangão, Dália Maria de Jesus Batista, Licínio Custódio Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Covão do Lobo, Manuel José Ferreira Bogalho, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Boa Hora, e Carlos Alberto Soares da Costa Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos, que foram respectivamente representados pelo Senhor José António Gonçalves Ferreira, Senhor Sérgio Manuel Silva Freire, Senhor Manuel Bertolino Francisco Reverendo, Senhor Manuel Pimentel Nogueira e Senhor António Santos Bodas, que tomou posse nesta data perante a Assembleia Municipal. -----

-----Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores Marco António Ferreira Domingues, Silvério Rodrigues Regalado e Mário dos Santo Martins Júnior. -----

-----**A – Apreciação e Votação de Actas de Reuniões Anteriores;** -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que as actas serão apreciadas em reunião posterior, uma vez que os serviços camarários estão a proceder a alterações à forma como as actas da Assembleia Municipal estão a ser elaboradas. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa.** -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foi enviada fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre 28 de Fevereiro e 29 de Abril de 2011. -----

-----E quando eram cerca das dezoito horas e trinta e cinco minutos entraram na Sala de Sessões os Senhores Deputados Tony Richard de Almeida e Maria Fernanda de Jesus Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca. As deliberações que se seguem passaram, então, a contar com a participação e votação destes deputados. -----

-----**C – Período “Antes da Ordem de Trabalhos”**-----

----- Pediram e usaram da palavra os Senhores Deputados Joaquim António Pires Plácido, Rogério Simões, Catarina Oliveira e André Pinho. -----

-----O Senhor Deputado Pires Plácido começou por referir a carta enviada pelo Presidente da Assembleia Municipal a informar os deputados de que este ano não iriam realizar-se as Comemorações do 25 de Abril por coincidir com a Visita Pascal e pela actual situação política que o País atravessa. No entender do Senhor Deputado é aceitável que se justifique com o período de festas que atravessamos, mas a conjuntura política não lhe parece um bom argumento para o cancelamento das comemorações uma vez que o 25 de Abril tem muito mais valor que qualquer situação política que se possa estar a vive.

O Senhor Deputado recomendou alguma atenção nestas situações porque o 25 de Abril não pode ser esquecido ou não ser comemorado por motivo de campanhas eleitorais ou por qualquer outra iniciativa de cariz político. Aproveitou para dar os parabéns à Câmara Municipal e a todo o staff do Pelouro da Cultura pela excelente iniciativa que tiveram na Semana Cultural e felicitou, também, a actuação do Grupo de Teatro O Fantástico da Santa Casa da Misericórdia de Vagos. Referiu, ainda, que no dia 17 de Abril de 2011 teve a oportunidade de ir ao Salão Café, no Casino da Figueira da Foz, assistir a um Sarau em que esteve presente a Orquestra Sinfónica de Vagos, que muito dignificou o Concelho de Vagos. Continuando a sua intervenção, o Senhor Deputado solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que explica-se aos presentes nesta Sessão o que se passa com uma dívida aos Bombeiros Voluntários de Vagos. Não tendo qualquer dúvida de que a relação entre as duas partes possa estar perfeitamente enquadrada custa-lhe ouvir falar em falta de dinheiro para uma Colectividade que é de uma valência importante para o nosso Concelho e às vezes na praça pública aparecem a falar de muita coisa que não corresponde à realidade, e daí querer ouvir uma explicação por parte do Senhor Presidente. Colocou ainda, uma questão que tem a ver com a Gestão Urbanística na Praia da Vagueira. De acordo com o Senhor Pires Plácido foram construídos uns lotes de apartamentos frente ao Café “Big Mouse” e foi feita uma Praceta e por trás tem uma rua que não tem luz pública nem sequer qualquer poste de luz. No entender do Senhor Deputado é inconcebível que se construa uma urbanização numa zona que não tem luz pública e que tem várias entradas para garagens e para blocos de apartamentos. Fez, ainda, referência à última reunião da CIRA onde foram aprovadas a Prestação de Contas, a Revisão do Orçamento e outros assuntos normais para o que são as reuniões da CIRA. No entanto, houve uma situação que, segundo palavras do Senhor Deputado, pareceu um pouco estranha e que tem a ver com Constituição do Conselho Consultivo da CIRA onde julgava ver ou a MAIS VAGOS ou o NEVA e estão os Escuteiros de Vagos. Tendo todo o apreço por esta Associação estar Vagos a ser representado no Conselho Consultivo da CIRA pelo Corpo de Escuteiros não parece, segundo o Senhor Deputado, a melhor opção fazendo mais sentido uma Associação do ramo empresarial. Por último, uma outra preocupação do Senhor Plácido tem a ver com a Ampliação do Molho Norte em 200m (duzentos metros) que vai ser rebaixada a cota de entrada no rio para 13m (treze metros) e o Senhor Deputado teve a oportunidade de pedir a APA a Declaração de Impacto Ambiental e, não sendo especialista na matéria, verificou que há muitas Câmaras e Juntas de Freguesia preocupadas com o impacto que aquilo possa ter e não viu, em Consulta Pública, nenhuma intervenção da Câmara Municipal de Vagos. O Senhor Deputado não sabe se está salvaguardada a Protecção da Costa do Concelho de Vagos num outro documento qualquer ou no POOC mas gostaria que a Câmara Municipal de Vagos se tivesse manifestado em Consulta Pública com esta preocupação, porque de facto aquele tipo de obra vai concerteza criar um impacto na nossa Costa e que pode deixar alguns problemas para futuro. Fez, ainda, referência ao facto de no ano passado na fase de apresentação das propostas para a Revisão do POOC terem sido nomeados dois Técnicos da Câmara Municipal que quando chegaram a reunião já tinha terminado. O Senhor Deputado pediu ao Senhor Presidente para pegar nisto à sua responsabilidade e que ponha nestes casos os melhores porque merecemos ser bem servidos e o impacto daquela obra vai concerteza provocar danos muito graves na nossa Costa. -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Rogério Simões para saber junto do Senhor Presidente da Câmara se ele já teria resposta às questões anteriormente levantadas relativamente ao aterro no Reservatório junto à Vala Real, na Elevatória da SIMRIA. Fez-se lá um aterro e na altura o Senhor Deputado perguntou se estava ou não licenciado e se havia hipótese de se fazer ali alguma obra o que lhe parece bastante agressivo. Outra questão colocada teve a ver com os ensaios colectores no saneamento da Freguesia de Santa Catarina. Segundo informações do Senhor Deputado foi reposto o pavimento superficial e defendeu na altura que se fizesse de novo o ensaio das condutas, uma vez que tem a convicção que há muito colector assentado e até mesmo roto, pelo menos o das águas pluviais. O que o Senhor Deputado pretendia era saber objectivamente se foi ou não feito o ensaio das condutas. Fez, também, uma chamada de atenção à Câmara Municipal para uma situação que, de acordo com o Senhor Deputado, parece uma deficiência sistemática da actuação da Autarquia e tem a ver com a reposição dos pavimentos. A reposição das zonas urbanas demora sempre muito tempo ficando com a sensação de que, depois das obras feitas, não há planeamento para reposições. Isso acontece nas empreitas da Câmara mas acontece mais, ainda, nas empreitadas das entidades externas. Segundo o Senhor Deputado os empreiteiros da EDP e da Lusitânia Gás chegam rompem tudo e ficam por repor durante tempo indeterminado. Esta situação torna-se perturbadora para os munícipes e mostra uma falta de responsabilidade por parte dos concessionários que além de não pagarem o aluguer do espaço urbano a maior parte das vezes deixam os pavimentos mal reparados e demoram imenso tempo até o fazerem. Continuando, fez também referência ao facto de não terem existido, este ano, as Comemorações do 25 de Abril. Recebeu a carta com os argumentos que, na opinião do Senhor Deputado, têm o valor que têm mas que não justificam o seu cancelamento, ainda para mais numa altura em que a Nação e os nossos dirigentes devem estar unidos naquilo que são os problemas que o País tem e vai ter no futuro. Informou, ainda, de que esteve na Assembleia Geral da CIRA e que subscreve o que foi dito pelo Deputado Pires Plácido. -----

-----E quando eram cerca das dezoito horas e quarenta e cinco minutos entrou na Sala de Sessões o Deputado Jorge Luís Nunes Oliveira. As deliberações que se seguem passaram, então, a contar com a participação e votação deste deputado. -----

-----Usou da pala a Senhora Deputada Catarina Oliveira para, apesar das considerações que já foram feitas relativamente às Comemorações do 25 de Abril, apontar mais duas, no seu entender importantes: uma delas prende-se com o facto de ter nascido depois do 25 de Abril de 1974, e portanto já numa altura de plena liberdade, não percebe como é que numa altura de crise, em que o País passa muitas dificuldades, em que estão cá as Autoridades Estrangeiras para, supostamente, endireitar a situação, e tendo por base a situação política do País, como é que o Município de Vagos não comemora a data. Atendendo a que só a Assembleia da República é que foi dissolvida e não a Assembleia Municipal de Vagos, daí a situação política actual não ter nada a ver com esta questão das Comemorações do 25 de Abril. A segunda consideração prende-se com o outro argumento apresentado que é a realização da Visita Pascal. A Senhora Deputada não percebe, uma vez que o Estado é laico, e portanto o facto de na 2ª Feira de Páscoa se fazer a Visita Pascal em algumas Freguesias, onde em muito poucos lugares se faz de manhã, porque é que não se Comemorou o 25 de Abril. Fez, ainda, referência à actuação do

Grupo de Teatro “O Fantástico” na Semana Cultural de Vagos e aproveitou para dar os parabéns pela iniciativa, tanto à actual Vereadora da Cultura como à anterior, que pôs o projecto em andamento. Felicitou a Câmara pela realização da Semana Cultural de Vagos. -----

-----Usou da palavra o Senhor Deputado André Pinho para felicitar a Câmara Municipal pela realização da Semana Cultural de Vagos e, de entre as muitas actividades que foram promovidas, salientou a noite dedicada aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico elogiando o trabalho dos professores e dos encarregados de educação. Agradeceu ao Presidente da Câmara, à Vereadora do Pelouro e a todos os alunos que participaram o esforço feito para que todas as actividades decorressem normalmente e com sucesso. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar os esclarecimentos aos Senhores Deputados que intervieram. Relativamente à dívida para com os Bombeiros Voluntários de Vagos esclarece que as notícias que vieram a público na Comunicação Social escrita não traduzem as afirmações que fez e por isso mesmo já teve a oportunidade de abordar o assunto com os órgãos de comunicação social aqui presentes. As afirmações proferidas estão gravadas e diferem em muito daquilo que foi escrito. Desde logo foi feita uma confusão imputando cerca de três milhões de euros ao Orçamento de Estado em termos de transferências que a Autarquia supostamente deixou de receber desde 2009, quando na verdade e até à presente data deixou de receber um abatimento de cerca de um milhão de euros. O que o Senhor Presidente referiu foi que desde 2008 para 2010 aquilo que se verificou foi um abatimento das receitas municipais no valor de três milhões de euros que encontram várias explicações para além do abatimento nas transferências no Orçamento de Estado. Prosseguindo, esclareceu que os lapsos na transcrição continuaram uma vez que o que foi dito é que não há nenhuma Associação de Bombeiros do Distrito, e provavelmente do País, que tenha uma relação tão profícua, profunda e certa do que aquela que existe entre o Município de Vagos e os seus Bombeiros Voluntários. Continuando, defende que há poucas Autarquias que assumam que as competências na área da Protecção Civil devem ser desenvolvidas por quem tem mais capacidade para o fazer reconhecendo, tanto no papel como nas transferências do Orçamento Municipal mensal para o Orçamento da Associação, nos seus Bombeiros qualidade para tal. Ao longo dos tempos, desde 2003, foram surgindo associados aos Bombeiros um conjunto de projectos que aumentaram o valor da despesa entre a Câmara Municipal e esta instituição, para além do Protocolo. Essas despesas aferem-se a aquisição de equipamentos, de viaturas, obras, projectos ligados à área da prevenção de fogos florestais e a Câmara Municipal decidiu, em cada momento, o valor do subsídio a atribuir para os vários pedidos da Associação para além do montante que todos os meses é transferido. O último projecto na área da prevenção foi a criação de uma Equipa de Prevenção Permanente, chamados EPP. A dívida da Câmara Municipal no âmbito desse protocolo insere-se dentro da dívida global e tem sido idêntica nos últimos anos, talvez um pouco acrescida mas não tem sido diferente. O que o Senhor Presidente disse foi que não é a dívida da Câmara Municipal, porque ela sempre existiu desde 2004/2005 que a renovação da frota dos BVV e os projectos que se entrecruzaram com a Autarquia têm sido muitos, apesar da transferência mensal de sete mil e quinhentos euros e do acerto de acordo com a taxa de inflação dessa prestação mensal, que impediu os Bombeiros de desenvolver a sua actividade normal fazendo questão de referir que aquilo que

realmente veio desequilibrar o equilíbrio financeiro nesta Instituição foi o crescimento da dívida do Estado, nomeadamente da ARS, relativa os Bombeiros. O Estado deve mais cem mil euros que a Câmara Municipal, devendo esta cerca de sessenta e dois mil euros. Se a dívida fosse igual à da Autarquia os Bombeiros não teriam nenhum problema em termos financeiros, entenda-se de tesouraria. Mas acima de tudo não foi só a dilação dos prazos de pagamento por parte da ARS mas uma decisão do Governo de deixar de financiar os transportes por credencial, sendo certo que alguns dos argumentos utilizados são credíveis e aceitáveis mas o facto de o ter feito de forma cega veio inviabilizar um grande investimento por parte dos BVV na aquisição de viaturas (ambulâncias) para transporte dos doentes e contratação de pessoal para conduzir essas ambulâncias, com os custos associados à contratação de pessoal, e que realmente fechando o Governo essa receita, que compensaria os encargos associados a essas aquisições, tornou a vida bastante difícil a esta Associação. Depois da polémica já foi público que o Governo reconsiderou a medida e repôs o transporte de doentes pelos Bombeiros. Por via credencial, embora de uma forma bem mais controlada, ou seja, aquilo de devida ter sido feito de início foi feito recentemente. Portanto, não é nem nunca foi a Câmara Municipal a causadora de problemas financeiros ou de tesouraria aos Bombeiros Voluntários de Vagos e sim um conjunto de factos que conduziram a Associação a este problema. Aliás, a Associação, cujo seu objecto principal é o socorro de doentes e prevenção de incêndios, deve ponderar seriamente, uma vez que aquela receita já não é o que era, se deve continuar com este tipo de actividade ou pelo menos no volume em que a vinha desenvolvendo. Esta é, no entanto, uma decisão que compete à Direcção da Associação dos Bombeiros Voluntários de Vagos, sendo estas palavras apenas uma consideração do Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Presidente referiu, ainda, que no âmbito de protocolo outorgado o Município de Vagos não tinha obrigação de pagar, por exemplo, a despesa com a electricidade do Quartel, no entanto fê-lo até à presente data quando foi objecto de levantamento por parte da Secção de Património da Câmara Municipal e se iniciou o processo de bens imóveis e registo dos mesmos na Conservatória e verificou-se que o Quartel é propriedade da Câmara Municipal e está, ainda, inscrito em seu nome. Os próprios Bombeiros na necessidade de apresentar um projecto de licenciamento das obras do Quartel que pretendem levar a cabo solicitaram à Câmara a cedência dos terrenos de forma definitiva para a Associação. Continuando, somadas as quantidades de electricidade pagas pela Câmara aos Bombeiros o valor ascende em muito aquilo que é a dívida da Autarquia, neste preciso momento, àquela Associação e portanto nós podemos num acto drástico fazer a compensação da dívida com o pagamento de uma despesa que de acordo com o protocolo outorgado não era competência da Câmara Municipal de Vagos. Tudo isto foi dito desta forma clara à Comunicação Social mas não foi isto que foi escrito. Relativamente ao Conselho Consultivo da CIRA informou de que foram convidados os Presidentes de Câmara a indicar um conjunto de Associações que no entender do Município poderia estar no referido Conselho. O Município de Vagos indicou o NEVA, a Santa Casa da Misericórdia de Vagos, os Agrupamentos de Escuteiros, ou seja, foi seleccionado um conjunto de áreas e por força das mesmas um conjunto de Associações e Entidades envolvidas. Entretanto, chegou-se à conclusão que o Conselho Consultivo jamais funcionaria porque todos os Presidentes de Câmara fizeram o mesmo exercício e portanto tínhamos um Conselho Consultivo com trezentas entidades e isso era impossível.

Assim sendo, foram seleccionadas, dentro de cada Concelho, uma Instituição para a composição do Conselho Consultivo da CIRA e optou-se no desenvolvimento industrial AIA – Associação Industrial de Aveiro – e a Vagos coube, porque a actividade associada era na área da Juventude, aos Escuteiros uma vez que o movimento associado a este Associação tinha grande relevância em Vagos e entendeu o Conselho de Administração da CIRA que fazia sentido estar lá representado o Movimento Escutista do Distrito e ficasse um Agrupamento do Concelho de Vagos. Quanto à Ampliação do Molho Norte a Consulta Pública do Estudo de Impacto Ambiental da Ampliação ocorreu em Julho e Agosto de 2009. A Câmara Municipal teve uma intervenção num Estudo de Impacto Ambiental um ano antes associado à dragagem exactamente da passagem do acesso ao Porto de Aveiro. Nessa altura solicitou o apoio da Consulmar que é uma empresa que na área dos projectos marítimos ou relacionados com a Orla Costeira ou com a dinâmica Costeira, tudo o que são projectos associadas à água, aos rios, às rias, tem um manancial e uma tradição em projectos desta natureza bastante grande. Aliás foi esta empresa a responsável pelo Projecto de Requalificação da Praia da Vagueira e que foi aceite pelo INAG. O Município pediu-lhes que analisassem o Projecto e do ponto de vista da defesa dos interesses da Praia da Vagueira e do Concelho de Vagos, tendo em consideração o que estava submetido a Consulta Pública, ou seja aquele estudo de Impacto Ambiental surgiu a uma resposta técnica a que adicionamos alguma componente política e que tratou de uma forma genérica a influência do Porto de Aveiro e de todas as obras que lá se fizessem na zona de praias do Concelho de Vagos, nomeadamente na Restinga da Vagueira e no Areão. Aquilo que se defendeu na altura não é muito diferente daquilo que veio a ser uma das condições do próprio Estudo do Impacto Ambiental de Ampliação do Porto de Aveiro não é muito diferente daquilo que foi considerado em termos de POLIS da Ria e que tem a ver com estudos de Monitorização, Estudos de Hidrodinâmica e Reforço do Cordão Dunar em todas as possibilidades em que possa ocorrer. Curiosamente, nessa participação da Câmara Municipal de Vagos, uma vez que o volume das dragagens que iriam ocorrer eram expressivas, e estamos a falar de sete milhões de metros cúbicos, entendeu-se que deviam ser colocados ao largo da Costa de Vagos e caso não o pudesse ser, atendendo a que o Estudo apontava várias localizações ao largo da Costa mas no Concelho de Ílhavo, que fosse no último ponto, naquele que era mais próximo do Concelho de Vagos. O que é certo é que o Secretário de Estado do Ambiente não veio a dar provimento às reivindicações do Município de Vagos e emitiu uma Declaração de Impacto Ambiental mais desfavorável ao Concelho acreditando que a deposição no trânsito sedimentar das correntes marítimas encarregar-se-ia de transportar os inertes dragados para a Costa de Vagos, isto para evitar que a APA – Agência Portuguesa para o Ambiente - tivesse que assumir aquilo a que se tem recusado que é colocar os inertes nas praias porque entende que não é uma competência do Porto de Aveiro mas sim do Ministério do Ambiente. No entanto, eles estão disponíveis para o fazer se o Ministério do Ambiente pagar, e estamos a falar de vários milhões de euros que têm impedido de cumprir aquilo que está previsto no POOC em vigor que é a transferência de cerca de um milhão de metros cúbicos para as Praias da Vagueira e Areão. Têm impedido os vários Orçamentos de Estado e as circunstâncias financeiras do País mas também a experiência que o INAG e o Ministério do Ambiente têm relativamente há deposição de inertes de forma como tem sido feita em Portugal e Cascais foi a prova disso mesmo, ou seja, todos os inertes que foram

colocados para proteger o Parque de Campismo foram removidos da noite para o dia. Portanto, todas as reposições simples de inertes em praias conduzem invariavelmente a que o dinheiro se perca de uma época para a outra. Concluindo, a Autarquia decidiu apostar tudo na Revisão do POOC num conjunto de intervenções que possam aproveitar à deposição de inertes em Costa ou a deposição de inertes pelo próprio mar, através do trânsito sedimentar das correntes e de forma a que uma vez depositado não seja levado daí para fora na próxima maré viva ou inversão de corrente. E é nisso que a Autarquia tem apostado estando a preparar, como deve, a Revisão do POOC e já teve uma reunião preliminar com o INAG, que é a entidade gestora do processo fazendo sentir quais as suas reivindicações e que são defendidas tecnicamente por especialistas nesta matéria e nós não somos nem temos na Câmara quem seja e por isso socorremo-nos de quem sabe mais, nomeadamente Técnicos Associados à Universidade de Aveiro e ao Instituto Politécnico de Leiria, pessoas que já estudaram determinadas soluções que foram implementadas em Portugal e no estrangeiro em zonas cuja perigosidade é idêntica ou o problema é idêntico. Por fim, o Senhor Presidente da Câmara informou de que os Técnicos que foram à Apresentação Pública Prévia do processo de Revisão do POOC estiveram lá todo o dia e a prova disso foi a entrega do respectivo relatório escrito da presença deles e acompanharam de longe a maior parte de toda a discussão. Em jeito de conclusão, referiu que a Câmara Municipal de Vagos irá socorrer-se de Técnicos qualificados para defender as suas posições e portanto defendeu que a grande solução estável para os problemas que têm afectado a Costa em Vagos deverão ser tratados em Sede de Revisão do POOC e não em Sede de Consulta Pública de estudo de Impacto Ambiental de uma obra que tem uma área de incidência que não se refere a Vagos em nenhum dos pontos e este é que é o grande problema. Se o Estudo de Impacto Ambiental associado à Ampliação do Molho Norte descrevesse incidências no Município de Vagos, e não as escreve por alguma razão, concerteza que primeiro o Estudo de Impacto Ambiental decorreria também no Município de Vagos, na Câmara Municipal, e tomaria medidas directamente para defesa da Costa em Vagos. Se o Secretário de Estado do Ambiente e a própria APA, a quem a Câmara dirigiu uma missiva na altura do 1º Estudo de Impacto Ambiental e a quem se tentou abordar directamente e que não nos pode receber, porque foi chamado de urgência à Assembleia da República para participar num debate que estava a decorrer. Face isto, fez-se a participação no Estudo e viemos embora esperando, agora, com o INAG encontrar soluções que protejam a Costa de Vagos como deve ser. Respondendo de imediato à questão colocado pelo Deputado Rogério Simões, relativamente à questão dos aterros referiu que estes são provenientes das obras de Ampliação da Rede de Saneamento, alguns desses aterros já foram prontamente removidos por parte da empresa porque na última Assembleia Geral da ADRA foi-lhe feito sentir que as reposições eram necessárias o mais urgente possível, até porque irão decorrer em Vagos as Festas do Divino Espírito e de Santa Maria de Vagos, onde acorrem milhares de pessoas todos os anos, e aquela zona não pode, de maneira nenhuma, suportar o referido evento no estado em que se encontra. O Presidente do Conselho de Administração da ADRA, Engº Manuel Fernandes Tomás, foi chamado sucessivamente à atenção para estes factos e espera-se que sejam tidos em conta estando a Câmara atenta, atendendo a que lhe compete a fiscalização das obras, e que está a ser feito todas as semanas e várias vezes por semana, e há um acompanhamento permanente entre os Técnicos da ADRA e os Técnicos da Câmara Municipal e tudo



leva a crer que ficará pronto para as Festas de Vagos. É certo que existe um lapso de tempo entre a abertura da vala e a reposição do pavimento mas também é certo que em termos técnicos é necessário esse desfasamento (a abertura de vala, a consolidação dos inertes e a reposição dos pavimentos) para que não haja posteriores afundamentos dos próprios pavimentos reparados ou repostos. Saber se é demasiado o tempo de espera ou não já são questões técnicas e muitas delas estão associadas aos próprios projectos e o Senhor Presidente da Câmara não se intromete por não ser a pessoa indicada para criticar a demora na reposição dos pavimentos mesmo tendo a certeza de que isso causa inúmeros transtornos aos munícipes. Quanto a novos ensaios nas condutas, do saneamento na Freguesia de Santa Catarina, estes ainda não foram efectuados. Estão previstos serem feitos, de acordo com informação do Técnico da Câmara que falou com a ADRA, porque neste momento ainda é a ADRA a entidade gestora da rede e não a SIMRIA, antes de se iniciar o funcionamento de todo o sistema que está associado à construção da ETAR. No que diz respeito às águas pluviais terá de ser a Câmara Municipal a fazê-lo e em conjunto com a ADRA para que se vejam quais são as deficiências das redes, caso existam. -----

-----De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra aos Deputados Rogério Simões e Jorge Luís Oliveira, ainda no Período “Antes da Ordem de Trabalhos”. -----

-----O Senhor Deputado Rogério Simões usou da palavra para fazer uma observação relativamente às explicações prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara e que tem a ver com a reposição da vala. Continuando, referiu que esta pode ser feita porque não depende dos assentamentos. Os aterros têm de ficar consolidados pela própria reposição e isso está escrito no caderno de encargos e é uma coisa muito técnica e não é o tempo. Existe a ideia de que é o tempo que estabiliza o aterro quando não assim porque o que estabiliza o aterro é a compactação e a forma como ela é feita e pode ser feita em qualquer tempo. O Senhor Deputado acrescentou, ainda, que não se referia só às obras de saneamento mas sim as obras genericamente, mais até aquelas que são feitas nos centros urbanos e por entidades exteriores à Câmara Municipal ou em que esta não tem grandes responsabilidades. Nós vimos as obras imenso tempo por repor os pavimentos e é de facto uma perturbação. -----

-----Seguidamente usou da palavra o deputado Jorge Luís Oliveira começando por informar os presentes de que o Decreto-lei que suspendia o transporte de doentes nunca entrou em vigor, tendo sido suspenso imediatamente após a sua publicação. Entretanto, o Senhor Deputado sugere ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o agendamento, numa próxima Sessão, de dois assuntos que, segundo o Senhor Jorge Luís, são de extrema importância para o Município e que deviam ser discutidos com maior dignidade sendo incluídos como pontos da Ordem de Trabalhos. Um dos assuntos refere-se à representação da Câmara Municipal na Assembleia Geral da MAIS VAGOS e legitimidade da situação actual que é a incompatibilidade clara de quem representa o Município. O outro assunto tem a ver com a discussão do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude que já foi posto a Apreciação Pública. O Senhor Deputado disse, ainda, saber que a Associação Nacional de Municípios não quer que estes Conselhos tenham alguns dos poderes que lhes são atribuídos na Lei, e por isso estão a travar a sua instalação não permitindo que tão cedo tenhamos um Conselho Municipal de Juventude. Contudo, o Senhor Deputado defendeu que é mais importante ter Conselho Municipal de Juventude do que não ter,

independentemente dos poderes que posteriormente a Lei lhe venha a retirar. Neste momento existe e com determinados poderes não havendo qualquer tipo de problema em que ele exista e depois a Lei é que vai dizer se tem os poderes ou não para nomeadamente dar parecer sobre as contas. -----

-----Entretanto, o Senhor Deputado Rogério Simões fez a projecção de fotografias referentes ao Arranjo do Centro da Freguesia de Santa Catarina. O objectivo da projecção é apenas elucidar os presentes sobre as obras executadas no local, nomeadamente a colocação de sinais, e que já haviam sido referidas numa Sessão anterior. Assim sendo, começou por fazer referência aos passeios que têm a sinalização no meio não sendo possível passar uma cadeira de rodas nem de um lado nem do outro. Há um caixote do lixo colocado numa zona de estacionamento sem qualquer protecção e existe um poste. Continuando, referiu um poste colocado no passeio que também impede a circulação de cadeiras de rodas assim como um desnível que existe e que é superior ao legalmente previsto. Ainda numa zona de estacionamento foi colocado um poste mesmo no meio. Existe, ainda, duas situações que no entender do Senhor Deputado são absurdas: tem uma passadeira colocada numa zona que dá para uma área de estacionamento e depois junto ao passeio não tem acessibilidade condicionada; tem um poste eléctrico colocado no meio do estacionamento sem qualquer protecção só com o pino preto, mas já lá esteve muito tempo sem ele e só foi colocado porque houve carros que bateram. De acordo com a Lei nº 2110 o tapume, colocado para o estaleiro da obra, não cumpre uma faixa de visibilidade em estradas e caminhos municipais. Este tapume foi lá colocado para servir de estaleiro da obra e na altura o Senhor Deputado falou com o Vereador responsável e com o Senhor Vereador Marco de que não achava muito bem a sua instalação assim tão em cima da rua. O que lhe foi dito é que tinha sido o empreiteiro a decidir o local da instalação do estaleiro e ali ficou, perpetuou-se a vedação que acabou por ficar lá, porque o terreno é de um particular e aparentemente este chegou a acordo com a empresa responsável pela obra. O tapume continua no centro cívico de Santa Catarina e para além de tapar a visibilidade está com um mau aspecto e cada vez se vai degradando mais. Outra situação de outro poste colocado no sitio onde nasce o passeio do outro lado da rua, estando exactamente na mesma posição o passeio tem exactamente a mesma largura e um sinal que lá está completamente podre continua lá e não serve para nada. Concluindo referiu que esta é uma obra nova e tem muitos erros que podem ser corrigidos com pequenas intervenções: há sinais verticais, as passadeiras pelo interior do arranjo não têm que ter sinalização vertical, uma vez que estão bem assinaladas, são em granito branco e cinzento escuro. O Senhor Deputado apelou ao Senhor Presidente da Câmara para que fosse feito um levantamento, com algum rigor, de todas as situações aqui referidas porque é uma obra que não tem grandes custos e que melhoraria substancialmente o centro cívico de Santa Catarina. -----

-----O Senhor Deputado Jorge Luís pediu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para voltar a usar da palavra. Foi-lhe concedida a palavra e pediu esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente ao processo Ria Vagos. De acordo com o Senhor Deputado ao abrigo de despacho conhecido recentemente proferido pelo Procurador Marcos Vidal sobre um processo colocado pelo Dr. João Rocha ao anterior Presidente da Câmara Municipal e ao anterior Executivo, e este é um despacho que vem no sentido de um parecer que existe na Câmara Municipal, desde 1994, pode ser a solução do problema e na qual nenhum executivo pegou. O que o Senhor Deputado pretende saber é se

este executivo pensou, agora, nesta questão, se pensa analisar isso ou se seria conveniente trazer este assunto à Assembleia Municipal embora não tenha muito interesse sem o executivo se debruçar sobre ele em primeiro lugar. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara começou por responder às questões apresentadas pelo Deputado Rogério Simões informando-o de que o processo está, neste momento, nas mãos da Comissão de Trânsito e esse levantamento está a ser feito exactamente de Freguesia a Freguesia e tem sido já tomadas algumas decisões e assim que possível será analisada a situação de Santa Catarina. De qualquer modo tem sido sensibilizado o próprio autor do projecto para responder a algumas das questões e há algumas situações aqui referidas em que pode discordar mas só ele poderá explicar o porquê. Estas questões são recorrentes, o arranjo já está feito há algum tempo e foi condicionado pelas limitações nomeadamente de terrenos. Uma das situações que elencou será desbloqueada quando o muro em questão for demolido, uma vez que os custos que a proprietária exigia à Câmara Municipal eram elevados demais para se fazer o passeio como deve de ser. Conseguiu-se negociar com muitos proprietários mas não com todos o que condicionou a obra em alguns aspectos e que foram sendo referidos pelo anterior Presidente da Junta de Freguesia, pelo actual e pelo Senhor Vereador Mário Martins e que foram analisadas pelo Arquitecto Pedro Castro, que é o autor do projecto, em cada momento. Houve situações em que se decidiu manter como estava, outras que não porque não se conseguem remover e as coisas estão bem feitas numa determinada óptica e mal feitas noutra, como a da acessibilidade. Continuando, a redefinição da política de sinais, e no Concelho de Vagos há excesso de sinais em alguns sítios e falta noutros e outros sinais que existem e já não deviam existir, está a ser feita e oportunamente será objecto, Freguesia a Freguesia, de intervenção. Relativamente à questão levantada pelo Senhor Deputado Jorge Luís esclareceu o Senhor Presidente da Câmara que de facto só os pagamentos estão suspensos. Realmente nunca houve uma decisão política, ou houve mas deixou de haver, relativamente ao transporte dos doentes por credencial. Quanto à representação da Câmara Municipal na MAIS VAGOS referiu que é um assunto que se deve agendar para uma próxima Sessão da Assembleia Municipal uma vez que já foi discutido em Reunião de Câmara e foi sugerido à Dr<sup>a</sup> Dina que apresentasse a proposta para o Executivo Municipal decidir atendendo a que o Presidente da Câmara, e é só o Presidente da Câmara e não a Câmara Municipal, entende que o parecer da CCDR não se aplica com a virtualidade que ela pretende aplicar ao representante da Assembleia Geral da MAIS VAGOS. O Senhor Presidente informa de que fez questão de solicitar à Senhora Vereadora que apresentasse o ponto para que a Câmara Municipal discutisse o assunto e pedisse os pareceres que entendesse e portanto está-se a aguardar a proposta. Outra coisa completamente diferente, e é livre de o fazer, é suscitar a questão aqui na Assembleia Municipal, não se opondo a que tal seja feito e nessa altura apresentará a sua opinião relativamente ao parecer da CCDR e dará nota da sua discordância, mas cumpre à Assembleia Municipal também decidir sobre o assunto se assim o entender e se tiver competência para o efeito, uma vez que o Senhor Deputado Jorge Luís, e bem, tem-se preocupado em velar pelas competências deste Órgão em vários assuntos. Quanto ao Regulamento do Conselho Municipal da Juventude esteve a percorrer o formalismo legal de Consulta Pública, o Senhor Vereador Silvério tem em mãos esse processo e se entender dar nota do que é que tem atraso a sua submissão à

Assembleia Municipal cumpre a ele esclarecer uma vez que não tem acompanhado esse processo. Quanto à análise do processo Ria Vagos, à luz do Despacho do Senhor Procurador, o Senhor Presidente informou de que não tem nada contra, até porque este processo veio a esta Assembleia Municipal várias vezes, contudo, não lhe pode dar nota do despacho porque a Câmara Municipal não foi notificada dele, embora se quiser possa ter acesso a ele. Caso o Senhor Deputado se tenha referido ao parecer do Dr. Vieira Cura a discussão poderá ser muito interessante e a Câmara Municipal estará interessada em encontrar novos caminhos para poder reanalisar o processo, mas deverá fazê-lo com linhas bem seguras porque o último caminho que foi percorrido, e era o possível do ponto de vista dos juristas que foram contratados para analisar o processo, era o Recurso Extraordinário de Revisão em face da sentença que condenou o Dr. João Rocha pelo crime de prevaricação no próprio processo e que Transitou em Julgado. Foi utilizada essa decisão judicial Transitada em Julgado para fundamentar o Recurso Extraordinário de Revisão e aquilo que é difícil em Portugal é aceitar que um Tribunal Superior sacrifique o direito à segurança jurídica e à certeza jurídica que se confere à sentença com o Transito em Julgado. Sacrificando estes dois valores pelo valor da justiça e da equidade foi tentado mas infelizmente não foi conseguido, porque a Comissão de Análise Preliminar dos Julgamentos de Recurso no Supremo Tribunal de Justiça é composta por três Juízes cujo a decisão não tem Recurso. Há alguns Juristas que põem em causa a Constitucionalidade da criação dessa Comissão de Análise. A Autarquia teve azar que nessa Comissão de Análise estava exactamente um dos subscritores da decisão do Supremo Tribunal que condenou o Município de Vagos e portanto não se conseguiu que um Juiz Conselheiro que em 2004 defendeu uma tese passado quatro anos viesse admitir a possibilidade de apreciar um recurso que conduziria à absolvição do Município de Vagos. Em último recurso, a Câmara Municipal apresentou uma reclamação à Comissão de Análise Preliminar nos Recursos chamando à atenção da existência ou da violação do Princípio a que se refere a Lei que é o poder do esgotamento judicial com a emissão da tomada de decisão da sentença, fazendo notar que participou na análise do Requerimento do Recurso um Juiz que havia participado no Julgamento do anterior Recurso para o Supremo Tribunal da decisão principal. O conjunto de três Juízes entendeu que estava tudo bem e portanto tudo ficou de forma definitiva tal como estava. Acontece que há falta de melhor entendimento jurídico e conhecendo o Senhor Presidente o parecer do Dr. Vieira Cura não vê como se possa intentar uma acção que conduza a um processo inverso. Contudo, nada impede a Assembleia Municipal, porque já o fez anteriormente, de reanalisar o processo Ria Vagos à luz do Despacho do Senhor Procurador, tendo em consideração um facto que é conhecido desde o princípio e em 1994, quando o Executivo Municipal decidiu revogar a deliberação da Câmara Municipal que conferia poderes ao Dr. João Rocha para outorgar o segundo contrato promessa que substituíu o primeiro, que ficou aquém do parecer do Dr. Viera da Cunha que dizia que a Autarquia devia revogar a deliberação mas deve fazer outra coisa, ou seja, deve intentar uma acção em Tribunal para declaração de nulidade de ambos os contratos de promessa e a Câmara Municipal ficou-se só pela primeira parte, revogar a deliberação. Mas isto foi a Câmara Municipal que em determinado momento tomou uma decisão, face a um parecer, e ver-se a Autarquia a desenvolver uma acção na sequência desse parecer nos dias de hoje será, no entender do Senhor Presidente, difícil sendo certo que a nulidade é invocável a todo o tempo. Houve um momento para invocar a nulidade do

contrato que gerou a responsabilidade para o Município de Vagos e que foi na altura da acção intentada pelo falecido Dr. Fernando Oliveira para condenação da Autarquia ao pagamento de indemnização de dois milhões e meio de euros. Esta lacuna cometida em 2000, a não invocação da nulidade, quase definiu o processo até ao seu fim, porque, do ponto de vista do Senhor Presidente, quando alguém intenta uma acção com fundamento no incumprimento contratual só há dois tipos de defesa, no sentido da contestação do pedido: uma delas é dizer que se cumpriu outra é dizer que o contrato é nulo. Não tendo sido contestado nesse sentido agora não será a melhor altura para o fazer mas isso cabe à Assembleia Municipal decidir uma nova apreciação do processo Ria Vagos. -----

-----Usou da palavra o Senhor Vereador Silvério Regalado para prestar esclarecimentos relativos ao Conselho Municipal da Juventude. Informou de que o facto do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude não ter vindo a esta Sessão, para apreciação e votação, prende-se com um facto novo que entretanto surgiu e que é um despacho da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) a dizer que recorreu para o Provedor de Justiça no sentido deste se pronunciar em relação a este assunto e a uma parte concreta onde estes Conselhos ficariam com responsabilidade de se pronunciar acerca dos orçamentos da Câmara Municipal nas áreas relativa à Juventude. O Senhor Vereador referiu, ainda, que sabe que o Senhor Deputado Jorge Luís não concorda que se aguarde pela decisão final da ANMP mas, ainda assim, a Câmara Municipal entendeu aguardar pelo veredicto final e não nos devemos precipitar, embora a vontade seja colocar o Regulamento em vigor o mais breve possível. -----

-----Usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Luís para agradecer os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara relativos ao processo Ria Vagos mas voltou a frisar que o que lhe interessava saber era, mediante o Despacho do Procurador Marcos Vidal onde diz que era espectável que tudo o que tinha sido feito em cima de um determinado contrato não tivesse validade, se a Câmara já tinha olhado para isso e pensado na possibilidade ver isto de outra forma, como já foi pensado noutros tempos. De acordo com o Senhor Deputado foi o próprio Presidente da Câmara que disse que a nulidade se pode invocar a qualquer altura e é verdade que aquele outro processo foi até ao Supremo Tribunal de Justiça e não fez esse tipo de apreciação. Ninguém colocou a apreciação nem na 1ª Instância, nem na Relação e nem no Supremo Tribunal o assunto para se pronunciarem. Aqui a questão é um dado novo e não é aquele processo ter aquele desfecho e o Município não se debruçar mais sobre o assunto, até porque deve ser a Câmara Municipal a decidir se justifica ou não pedir um outro parecer a outro Jurista, para não ficar o Presidente da Câmara com um ónus de, porque pensa que não, não se faz e não têm nada que assumir essa responsabilidade, colocar essa hipótese como tem colocado em tantas outras situações. Relativamente à questão da MAIS VAGOS o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pode sozinho pedir, como pediu noutras circunstâncias, um parecer. Há um documento da DGAL em Julho do ano passado e homologado pelo Secretário de Estado da Administração Interna, em 28 de Dezembro de 2010, onde isso está claramente exposto: um membro da Assembleia Municipal não pode representar o Município nos órgãos sociais de uma empresa municipal nem de uma empresa participada pelo Município. Esta questão devia ser analisada com algum rigor para não estarmos, amanhã, sujeitos a que haja actos nulos na Assembleia Geral da MAIS VAGOS, que é uma empresa que

interessa ao desenvolvido do Concelho de Vagos, porque está mal representada. Segundo o Senhor Deputado já se fez mal demais aquela empresa neste tipo de questões. -----

-----Entretanto e quando eram cerca das vinte horas e vinte e cinco minutos os Deputados André de Jesus Pinho e Rui Manuel Almeida Neto ausentaram-se da Sala de Sessões por motivos urgentes e inadiáveis, pelo que não participaram na discussão e votação dos assuntos que se seguem. -----

-----De imediato o Senhor Presidente da Assembleia, deu início ao **Período da “Ordem de Trabalhos”**, submetendo a apreciação o Ponto Um: -----

-----**PONTO UM: INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA e), DO ARTIGO 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO;** -----

-----O Senhor Presidente da Câmara deu a conhecer à Assembleia Municipal a actividade municipal, no período compreendido entre 28 de Fevereiro e 26 de Abril de 2011 -----

-----Deu, ainda, a conhecer a informação financeira à data de 26 de Abril de 2011, bem como os processos pendentes em Tribunal, em que o Município de Vagos é parte e que envolvam eventual responsabilidade financeira. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia dá a palavra ao Senhor Pires Plácido para intervir. -----

-----O Senhor Pires Plácido usou da palavra para se referir aos esclarecimentos feitos pelo Senhor Presidente da Câmara, no Período antes da Ordem de Trabalhos, referentes ao processo Ria Vagos. De acordo com o Senhor Deputado o Senhor Presidente referiu que a Câmara Municipal tem a possibilidade de tentar e aí concordou com o Deputado Jorge Luís quando ele referiu que não devemos desistir porque é uma acção danosa para o Concelho de Vagos e desafiou os Juristas presentes nesta Assembleia Municipal, hoje, que nada têm a ver com os que estavam cá há uns anos atrás, a ler o processo e aconselhar os Grupos Municipais a saberem onde é que se pode pegar para se poder arranjar uma solução para um problema desta envergadura. Relativamente à comunicação do Senhor Presidente fez uma recomendação que foi a seguinte: quando comunicar qualquer contrato que assine coloque o valor da empreitada, porque está referido aqui um contrato que tem a ver com a Ponte da Vagueira e os representantes desta Assembleia ficam sem saber quanto é que vai custar ao Município esta obra. Manifestou, ainda, o seu desagrado pela construção de um Parque de Auto Caravanas em São Romão, Freguesia de Santo André de Vagos, e não na Freguesia da Boa Hora onde existe a Praia da Vagueira e do Areão e desafiou a Câmara para o fazer com alguma brevidade porque é uma utilidade, uma vez que há muitas Auto Caravanas na zona das praias. Outra questão que referiu tem a ver com a atribuição de subsídios e sobre este assunto manifestou o seu desagrado pela verba de dezoito mil euros atribuída à Gaticão. Continuando, informa de que a Gaticão é uma Instituição que é participada pelos fundos da Câmara, sendo ela a maior associada, e com serviço de voluntariado tendo, neste momento, ao seu encargo duzentos e tal cães e retirar-lhes sete mil euros significa deixar morrer muitos animais à fome, porque este valor era aquilo que se gastava, praticamente, em alimentação, o restante era para pagar os vencimentos aos funcionários, a segurança social, a assistência médica aos cães e pouco mais sobrava. Portanto, uma associação que trata de animais que é uma obrigação do Município ver reduzidos sete mil euros é muito, e quando se vê mais à frente que esta Câmara Municipal gasta trinta mil euros a mandar fazer um Regulamento de Taxas encomendado à Universidade de

Coimbra que, segundo o Senhor Deputado, até podia ser feito pelos Técnicos da Autarquia. Relativamente à informação financeira aqui apresentada o Senhor Deputado manifestou a sua preocupação no que diz respeito à dívida a fornecedores, atendendo a que é um valor já considerável. O Senhor Deputado fez, ainda, referência à Medalha de Mérito atribuída à Filarmónica Vaguense pelo Governo Civil de Aveiro. Manifestou, também, o seu desagrado pelas notícias que dão conta de mais acções que entram em Tribunal contra o Município de Vagos, ao abrigo de lideranças políticas deste Concelho. Concluindo, deixou uma intervenção para memória futura em que referiu que Vagos é, no distrito de Aveiro, o único Concelho que não tem nenhum estabelecimento turístico para nossa utilização. -----Usou da palavra o Deputado Jorge Luís para elogiar a forma como decorreu a Semana Cultural de Vagos e toda a programação cultural que se tem feito nos últimos tempos no Concelho de Vagos. Lamentou o facto de não se terem realizado as habituais Comemorações do 25 de Abril. No seu entender a presença do FMI em Portugal não justifica que não se comemore o 25 de Abril em Vagos como se tem feito nos últimos anos a esta parte, aliás começou a comemora-se tarde, foi aplaudido por todos quando se começou, fizeram-se todos os anos Sessões ininterruptamente e não se percebe porque é que se chega a uma altura destas e não se celebra o dia. No entender do Senhor Deputado a Visita Pascal não é de toda uma razão tão forte, uma vez que são poucos os lugares do Concelho de Vagos que tenham Visita Pascal e nem isso impedia que houvesse uma Sessão Solene aqui nesta Assembleia que se invocassem os valores da Liberdade com se tem feito. Continuando, reforçou o descontentamento manifestado pelo Deputado Pires Plácido relativamente a mais um processo em Tribunal contra o Município de Vagos que segundo o Senhor Jorge Luís anunciado há muitos anos por várias pessoas, incluindo ele próprio, uma vez que já se previa que fosse isto que viesse a acontecer mais cedo ou mais tarde e por isso alertou várias vezes para esta situação. Um processo deste tipo tinha um dia que acontecer porque é mais um imbróglgio criado num determinado período e depois é mais um dos assuntos que se deixou andar até que um dia terminava assim. O Senhor Deputado referiu que é importante que a Assembleia Municipal saiba como é que está o desenrolar do processo, o que é que se passou, entretanto, durante este tempo todo (quase vinte anos), que contactos houve entre o empreendedor e o Município, que compromissos existiram, o que é que se fez para resolver o problema e passar de um contrato de promessa a uma escritura de venda e em que pé terminam as coisas sabendo que há um parecer jurídico na Autarquia. Lamentou o facto deste assunto nunca ter vindo a discussão à Assembleia Municipal e pelo vistos já andava a ser discutido à bastante tempo e nunca este Órgão foi informado que esta situação se estava a aproximar e só chega quando se tem que dar conta de que há mais um processo em Tribunal tão prejudicial para o desenvolvimento do Concelho de Vagos. Mostrou o seu desagrado por se falar cada vez mais de Vagos pelas coisas más e que fazem com que nunca se fale das coisas boas que por cá acontecem. Defendeu que a Assembleia Municipal tem obrigatoriamente que tomar contacto rapidamente com este processo que está em Tribunal e com toda a documentação que lhe deu origem e as negociações, se é que as houve, porque um dia os deputados concerteza serão chamados a pronunciar-nos sobre o assunto e era importante estarem munidos de informação necessária. -----

-----Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para clarificar os trinta mil euros gastos com Regulamento de Taxas elaborado pela Universidade de Coimbra. A questão não é bem essa porque aquilo que a Câmara fez, e que foi obrigada por Lei sob pena de ver cortadas algumas transferências no Orçamento, foi justificar economicamente todas as suas taxas. Assim sendo, a autarquia socorreu-se da única entidade que já tinha feito dois trabalhos idênticos, noutros Municípios, tendo sido isto que foi feito e não o Regulamento. No que diz respeito às preocupações aqui apresentadas pelo Senhor Deputado Jorge Luís, relativamente ao novo processo Licínio Ramos Lda, esclareceu o seguinte: em 1990 o Executivo Municipal decidiu, fundado na perspectiva de que o Plano Director Municipal (PDM) viria a incluir áreas para desenvolvimento de projectos turísticos de alta qualidade e que veio, realmente, a ficar marcado na carta da REN do Município publicada em 1993 e que veio a ficar marcada no Regulamento do PDM publicado no dia 07 de Dezembro de 1992, iniciar um conjunto de processos. Neste caso, isto foi precedido de Concurso Público e de Hasta Pública sendo que nenhuma das vicissitudes que se conhecem dos outros processos podem ser apontadas a este. Houve três concorrentes que apresentaram preço e ganhou o que apresentou melhor valor, cento e cinquenta e oito mil contos na moeda em vigor na altura, e com que se celebrou um contrato de promessa que está outorgado de acordo com o caderno de encargos, com o programa de concursos e de acordo com a legislação em vigor, o Código Civil, portanto não é nenhum contrato de promessa anormal, isto é, tendo cláusulas especiais entenda-se. O promitente comprador desenvolveu de acordo com o contrato de promessa aquilo que tinha a fazer, entregando um sinal no valor de trezentos e noventa mil euros, o Executivo Municipal da altura envolveu-se seriamente na desafecção do Regime Florestal Parcial. Não houve tempo de fazê-lo até 1993 e entretanto perdeu as eleições nesse ano. Entre 1994 e 2001 houve um executivo que, do ponto de vista do Senhor Presidente, não fez tudo o que tinha que fazer para desafectar aquelas áreas, não estando a dizer que era necessariamente fácil de o fazer, e fez até mais do que isso, ou seja, desenvolveu, já em 1998, um Plano de Pormenor, chamado Plano Pormenor Duna Verde, que era confinante e concorrente deste terreno alienado para fins turísticos. Entretanto, percebeu-se que até ao ano 2000 não se resolveu o problema das desafecções e nesse ano foi criada a Rede Natura que cria o sítio das Dunas no Concelho de Vagos tornando impossível, ou melhor de difícilíssima resolução, a desafecção. Abre-se um processo de excepção no Plano Pormenor da Boa Hora Floresta, pela simples razão de que ele estava nas mãos do Secretário de Estado do Ordenamento antes da entrada em vigor da Rede Natura 2000, ou seja, o processo estava para Conselho de Ministros, após verificação do Secretário de Estado e do Conselho do Secretário de Estado. O Processo foi desbloqueado em 2002, exactamente por isso, porque chegou às mãos da Secretaria de Estado antes da entrada em vigor da Rede Natura e não podia, agora, o ICNB obstaculizar a aprovação por factos posteriores à aprovação do próprio Plano, sendo que o parecer dele não era necessário na altura em que foram convocadas todas as entidades para dar parecer. Continuando, em 2000 a situação torna-se muito mais complexa, no âmbito do PDM a partir de 2001, ou seja, de 2002 até 2009 tentou-se inscrever ali uma UOPG (Unidade Operativa de Planeamento e Gestão) que não foi aceite, tendo sido apenas aceite uma UOPG nos terrenos do Estado em frente à Zona Industrial, UOPG 1 com cento e cinquenta hectares, em 2009 com a publicação da Proposta de Revisão do PDM ficou claro que não era



viável a desafecção dos terrenos da Lomba do Forte Velho e portanto desde 1990 até 2011 podia o promitente comprador accionar judicialmente a Câmara Municipal, se assim o entendesse, e fê-lo só agora, podendo tê-lo feito logo em Abril de 2009 após a Aprovação do PDM. Referiu que apesar de tudo é uma questão jurídica bastante complexa que está condicionada por um conjunto de múltiplas circunstâncias jurídicas. Houve um primeiro parecer jurídico que avaliava apenas uma situação e associado aquele contrato existe mais do que uma. Referindo duas, uma delas foi suscitada pelo próprio parece jurídico que é o facto do promitente comprador notificar a Câmara para a resolução contratual, ou seja, entendeu o comprador comunicar à Autarquia que unilateralmente resolvia o contrato, a outra foi a situação da prescrição da responsabilidade contratual. Por isso estar a trazer o processo, e só agora é que é processo, à Assembleia Municipal, parece, antes que isto esteja devidamente esclarecido pela Câmara Municipal, parece extemporâneo. A seu tempo, e aqui tem prazo que é o dia 08 de Maio, a Câmara Municipal apresentará a sua contestação ao pedido e nessa altura haverá já algumas certezas, se é que se pode ter certezas nos tribunais portugueses, ou pelo menos do ponto de vista jurídico existirá alguma luz sobre o caminho que o Município deverá traçar. Nessa altura, sim, faz todo o sentido, até porque haverá um momento nos tribunais em que há lugar à conciliação, a tentativa de acordo entre as partes, que o assunto seja discutido quer na Câmara Municipal quer na Assembleia Municipal para se avaliarem todas as possibilidades. Como é óbvio, não houve a possibilidade de um entendimento extra-judicial porque a diferença entre aquilo que promitente comprador entendia ser o seu direito para com o promitente vendedor, aqui representado pelo Presidente da Câmara Municipal, é de tal ordem que estaria invariavelmente condenado aos tribunais. E portanto aquilo que aconteceu é exactamente a diferença extremada de posições entre promitente comprador e promitente vendedor. Concluindo, a seu tempo este assunto virá à Assembleia Municipal já com uma posição jurídica sustentada por parte da Câmara Municipal para que os Senhores Deputados possam avaliar melhor o próprio processo, sendo que este não tem muita documentação para analisar, apenas um contrato de promessa, tem um caderno de encargos, tem uma proposta de Plano de Pormenor, tem um conjunto de trocas de correspondência entre a Câmara Municipal e a Administração Central e tem uma Acção Judicial. -----

-----O Senhor Deputado questionou o Senhor Presidente da Câmara se teria existido alguma proposta ao promitente comprador para resolução da questão. -----

-----O Senhor Presidente esclareceu que não uma vez que o processo é de tal ordem complexo que não foi possível, até à presente data, apresentar uma proposta mínima de consenso. -----

-----Seguidamente usou da palavra o Senhor Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão para denunciar a Empreitada das Águas Residuais, que está a ser feita em Fonte de Angeão e Ponte de Vagos. Segundo o Senhor Presidente de Junta o trabalho que está a ser executado é muito mau, uma vez que existem buracos por todo o lado depois tapam metade da vala outra metade fica por tapar. Para evitar este tipo de situações devia existir uma fiscalização mais apertada, e por esse motivo já foram alertados os Serviços Técnicos da Câmara, para que isto fosse visto com bons olhos para evitar acidentes graves porque o estado em que se encontram as estradas é lastimável. -----

-----De imediato, não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, aprovado em Reunião da Câmara Municipal realizada no dia 19 de Abril de 2011, à discussão da Assembleia: -----

-----**PONTO DOIS: PRESTAÇÃO DE CONTAS;** -----

-----Apresentou o ponto o Senhor Vereador Silvério Regalado que começou por informar de que relativamente ao documento da Prestação de Contas, e de acordo aquilo que já aqui tinha sido dito, foi enviado um CD a todos os Deputados mas se alguém pretender uma copia em papel ser-lhe-á entregue. No que diz respeito ao documento de Prestação de Contas deste ano procurou-se, dentro daquilo que tem sido a dinâmica dos últimos anos, fazer esta apresentação com um suporte gráfico que possa ajudar na compreensão de alguns números. Este ano, e por iniciativa quer do pelouro financeiro quer do pelouro dos recursos humanos, entendeu-se por bem acrescentar um relatório de recursos humanos e que se vai tentar que para o próximo ano seja, ainda, mais preciso e com mais informação, uma vez que vai sendo cada vez mais recorrente surgirem aqui algumas dúvidas em relação às assessorias e prestações de serviços. No seu entender, este documento espelha bem a realidade da Câmara Municipal de Vagos no que diz respeito à área de recursos humanos, até porque durante o ano de 2010 foi reduzido o valor referente a este sector. Desta forma entrou-se na apresentação do documento propriamente dito com a nota clara de que em 2010 houve uma redução de receita na ordem dos dois milhões e duzentos mil euros. Esta receita cairia para níveis, ou não fossem os cortes de que a Câmara foi alvo durante o ano de 2010 fruto dos sucessivos PEC's, na mesma ordem do ano 2006. O grande diferencial com o ano de 2009 prende-se com a contracção do empréstimo de um milhão e novecentos mil euros e que obviamente fez aumentar o valor da receita de forma significativa. Durante o ano de 2010 não foi contraído nenhum empréstimo e portanto este valor reduziu na ordem dos seiscentos mil euros a dívida assumida de médio e longo prazo. No ano de 2011, com é sabido e foi aqui aprovado por unanimidade nesta Assembleia, contraiu-se um empréstimo de curto prazo no valor de quinhentos mil euros que vai ser liquidado ainda durante este ano. Relativamente à evolução da receita existem alguns dados interessantes e um deles é o aumento da receita dos impostos directos, isto apesar de vivermos já no ano de 2010 num clima de recessão económica mas, ainda assim, devido a dois factores um expectável que é o aumento do IMI e outro o aumento na cobrança do IMT na ordem dos 17,9%. Em Abril do ano passado quando foi aqui apresentado o orçamento foi referido que até aquela altura, 1º trimestre do ano de 2010, as receitas do IMI foram muito boas e se tivesse mantido o ritmo de cobrança nos três trimestres seguintes ter-se-iam resultados bastante acima deste valor, mas infelizmente devido à retracção económica isso não veio a acontecer e ainda assim o aumento é positivo. Depois nas transferências correntes houve um ligeiro aumento que ficou aquém daquilo que era expectável no início do ano, atendendo a que em Maio com a assinatura do PEC houve um corte nas transferências para as Autarquias Locais que nos afectou em, aproximadamente, quatrocentos mil euros. Entretanto, houve nas transferências de capital, o reflexo do que acabou de ser dito, e depois o grande diferencial nos passivos financeiros que é então a contracção do empréstimo já referido. Tudo isto, obviamente, levou a que existisse uma diminuição da execução, porque tinha de ser previsto em orçamento uma série de situações e portanto ficou além da execução e daí a execução da receita total durante o ano de 2010 se

cifrar nos 52,6%. Nestes três indicadores houve uma tendência de diminuição que se espera, ainda com alguns constrangimentos, que continuem a aumentar durante o ano de 2011, no próximo ano venha a ser corrigido e volte a tendência de subida novamente. Obviamente que havendo corte na receita implica um corte na despesa e por isso procurou-se, durante o ano de 2010, implementar medidas de contracção, que foram prolongadas para 2011, e estão a aplicar-se de uma forma mais concisa, uma vez que a realidade hoje é muito mais negra do que nos anos anteriores. O cuidado tido a nível da receita tem que ser abrangente com todos e tendo a Câmara Municipal essa percepção será audaz o suficiente para fazer transmitir a toda a sua estrutura essa preocupação em quase todas as rubricas, nomeadamente nas do pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes, onde são incluídos os subsídios e transferências de capital, aquisição de bens de capital. Continuando, a execução orçamental da despesa encontra-se na ordem dos 52,5% com a tendência de descida esperando que no próximo ano seja invertida. Relativamente à despesa com pessoal conseguiu-se durante o ano de 2010 reduzir o peso desta receita sobre a nossa receita corrente e além disso diminuiu-se em termos brutos o valor gasto com esta área. Tudo isto fruto de um esforço da Câmara Municipal em vários sectores e resultado de algumas circunstâncias como algumas pessoas que se reformaram, e portanto deixam de constituir despesa, e na redução de horas extraordinárias na ordem dos 73%. No mapa de proveitos e ganhos pode verificar-se que as rubricas onde mais se nota é precisamente nos impostos e taxas, as transferências de subsídios obtidos tem a ver com aquele pequeno aumento dos proveitos das transferências do Estado e depois nos proveitos extraordinários houve quase uma duplicação. No que diz respeito aos custos e perdas vê-se um corte acentuado no custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e outros custos operacionais, embora seja uma percentagem bastante elevada mas em termos de valor é residual. Por fim, nos custos e perdas extraordinárias verificou-se um ligeiro aumento de 11%. Concluindo, em termos de resultados operacionais conseguiu-se um número negativo na ordem dos dois milhões e setecentos mil euros, nos resultados financeiros cento e vinte e cinco mil euros negativos, nos resultados correntes dois milhões oitocentos e cinquenta e cinco mil euros e os resultados líquidos do exercício cifra-se nos três milhões seiscentos e quarenta e dois mil euros. Tem obrigatoriamente de se cortar na contracção de nova despesa tendo como certo aquela despesa que já está contratada e que tem que ver com as obras de co-financiamentos comunitários asseguradas. Relativamente ao resultado líquido este é de três milhões e seiscentos mil euros negativos, amortizações do exercício cinco milhões cento e dezasseis mil euros e nas provisões acrescentou-se uma previsão que tem a ver com a passagem das ETAR's e da Condução da Zona Industrial à da Gafanha da Boa Hora para a SIMRIA. Neste momento existe um processo que está em vias de resolução de acordo de passagem de todas essas Infraestruturas para a SIMRIA mas por outro lado como existe uma dívida a esta entidade foi constituída esta provisão. O cash flow foi positivo na ordem de um milhão seiscentos e quarenta e seis mil euros, obviamente, quebrando a tendência de 2009. O mapa da estrutura do activo líquido onde a grande fatia é o imobilizado que a Câmara Municipal tem e o qual não está, neste momento, ainda a cem por cento mas estará na ordem dos noventa e cinco por cento, portanto o valor do diferencial tem a ver com o processo que está a correr de inventariação de todo o património mas não é significativo neste valor. As dívidas de terceiros a custo prazo têm a ver

com as transferências dos fundos comunitários e depois temos os acréscimos e diferimentos e disponibilidades. Relativamente à estrutura e evolução do passivo temos um aumento de cento e setenta e um mil euros o que cifra as provisões em quatro milhões e trinta e um mil euros, as dívidas a terceiros de médio e longo prazo, a instituições de crédito, são de seis milhões duzentos e vinte e três mil euros, as dívidas a terceiros a curto prazo são de nove milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil euros e por fim os acréscimos e diferimentos. De referir que nestes acréscimos e diferimentos está incluído um valor de quinhentos e trinta e seis mil euros que se prende com as dívidas que a Câmara Municipal tem às IPSS's derivadas de prestações de serviços que estas nos prestam, nomeadamente nas AEC's, nas refeições e nas CAF's. De resto este é o chamado bom passivo porque vai sendo incorporado à medida que as amortizações vão sendo feitas. Ainda, relativamente à estruturação do passivo temos quatro milhões e trinta e um mil euros para provisões, dívidas a terceiros de médio e longo prazo seis milhões cento e setenta e nove mil euros, de empréstimos bancários, e mais quarenta e três novecentos e trinta e cinco mil euros de Leasing's. Nos fornecedores conta corrente tinha-se à data de 31 de Dezembro três milhões setecentos mil euros de dívida e como se pode ver, até pela informação financeira que foi prestada, neste momento esse valor cifra-se em três milhões cento e oitenta e sete mil euros. Nos fornecedores de imobilizado tinha-se, em 31 de Dezembro, dois milhões seiscentos e setenta e quatro mil euros. No que se refere às Instituições Particulares existe no relatório de gestão uma ressalva que o Senhor Vereador explicou: devia ter ficado claro e evidente neste mapa que esta é a despesa devidamente validada e aprovada pela Câmara Municipal. Isto suscitou dúvidas na Reunião de Câmara e foi devidamente esclarecido mas como os Senhores Deputados não estiveram presentes coube ao Senhor Vereador fazer este esclarecimento prévio porque existem outras IPSS's que têm dívidas com a Autarquia cujo o objecto ainda não foi alvo de Contrato de Protocolo e a despesa não foi devidamente validada. Portanto, convém referir que se está a falar de despesa devidamente validada e que a Câmara tem o compromisso de pagar. No entanto, também, existe o contrário que é despesa que está, foi aprovada em Reunião de Câmara mas por uma razão ou por outra não foi concretizada, dando como exemplo a Associação Desportiva e Cultural Sozense em que na altura foi aprovado atribuir um subsídio no valor de trinta e dois mil trezentos e quarenta e quatro mil euros que estava enquadrado no projecto do pavilhão a ser concretizado em Soza e como este não avançou a Câmara Municipal terá que levar este assunto a reunião do executivo para este subsídio ser anulado. Há mais dois ou três nestas condições e digamos que ainda é um valor significativo. Depois na rubrica das Freguesias há um valor de quinhentos e dezassete mil euros. Na rubrica outros devia estar especificado que tem a ver com os projectos da POLIS da RIA e com as transferências que a Câmara Municipal tem comprometidas relativamente este projecto. Concluindo, em cumprimento com o ponto 2.7.3 do POCAL propõe-se a incorporação do resultado líquido negativo de três milhões e seiscentos e quarenta e dois mil euros, relativo ao exercício económico de 2010, seja incorporado em resultados transitados. -----

-----Usou da palavra o Deputado Jorge Luís Oliveira para informar os presentes de que teve vários contactos com o Vereador responsável pela área das finanças, tendo tido da parte dele total disponibilidade para todos os esclarecimentos que foi pedindo, no entanto ficou uma questão por colocar e que tem a ver com o facto de saber se as prestações pagas aos Prestadores de Serviços estão a

contar nas despesa com pessoal ou são incluídas noutra sítio. Questionou, ainda, se houve alguma rectificação na área dos recursos humanos, nomeadamente com a Protecção Civil onde é feita referência a um elemento e mais seis colaboradores. Entretanto, fez um breve comentário onde informou de que o Grupo Parlamentar se vai abster na votação das contas não havendo qualquer interesse em não aprovar, uma vez que a apresentação foi esclarecedora, no entanto existem algumas questões que não puderam de deixar ser tocadas, nomeadamente, e desde logo, a execução orçamental. Isto é recorrente e, de acordo com o Senhor Deputado, era importante de uma vez por todas que estas coisas se tivessem em atenção quando se está a elaborar um orçamento e não quando se estão a fazer as contas porque deste modo passasse o tempo todo a preparar orçamentos para dar resposta aqui e ali e depois não se pode cumprir, e não tem a ver com os PEC's mas sim com outras verbas e outras receitas que não entraram e que algumas delas já se sabiam que não iam entrar e aí é que a questão nem sempre fica muito clara. Esta questão recorrente do montante da dívida do Município começa a ser um valor assustador, uma vez que, estamos a falar de uma dívida na ordem dos vinte milhões de euros, isto, tendo em conta as provisões de quatro milhões e trinta e um mil euros mais a dívida a terceiros de médio e longo prazo e a dívida a terceiros de curto prazo acrescentando-lhe ainda os acréscimos, referidos pelo Senhor Vereador, e que têm a ver com pagamentos a fazer às IPSS's por serviços prestados. Há, ainda, um factor que não vem aqui referido, e que o Senhor Deputado acredita que não tem nenhum impacto ao nível da responsabilidade do Município mas que a Assembleia não sabe se tem ou não porque não conhece, que são as chamadas Cartas de Conforto que têm sido emitidas pela Câmara Municipal. Sabendo o Senhor Deputado que há Cartas de Conforto de várias ordens e de vários tipos sendo que algumas implicam grandes responsabilidades outras não implicam quase nenhuma. Concluindo, o Senhor Deputado pediu esclarecimentos relativamente ao valor dessas Cartas Conforto. –

-----Usou da palavra o Senhor Deputado Pires Plácido para agradecer ao Senhor Vereador a forma como apresentou este assunto, nomeadamente aos documentos disponibilizados, e pela disponibilidade que tem tido para todo e qualquer esclarecimento que lhe é pedido. É evidente que o documento é aquilo que é, temos o Concelho que temos, temos o País que temos e tem de se ter muita atenção a tudo aquilo que se passa. A receita apresentada realmente é preocupante. Informa de que o Grupo Parlamentar do PSD votará favoravelmente, no entanto colocou duas questões ao Senhor Vereador: a primeira refere-se à estratégia do executivo para garantir os mínimos de sustentabilidade na Câmara, tendo despesas fixas na ordem dos três milhões e oitocentos mil euros, com vencimentos dos funcionários, pagamentos bancários e dívidas a fornecedores; a segunda tem a ver com a capacidade financeira da Câmara para pagar alguns projectos que não tenham financiamento a 100%, como por exemplo, o POLIS da RIA, onde estava previsto o arranjo na Ria de Aveiro junto à Praia. -----

-----Usou da palavra o Senhor Vereador Silvério para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. Relativamente ao relatório dos Recursos Humanos o Pessoal referente à Protecção Civil é de um elemento vírgula e seis colaboradores segundo a modalidade de prestação de serviços, portanto a vírgula está mal posicionada daí poder induzir em erro. No que diz respeito aos custos com pessoal referiu que estes estão incluídos. Relativamente à questão do cumprimento nos pagamentos este prende-se com as transferências que sejam feitas mas, no entender do Senhor

Vereador, os vencimentos dos funcionários não estarão em risco, uma vez que o valor é inferior às receitas totais da Câmara Municipal, a não ser que se mudem as regras e que o IMT, o IMI e tudo isso seja desviado para a Administração Central e não entregue às Autarquias Locais. Contudo, referiu o Senhor Vereador, à data de hoje não poderá garantir que essas situações sejam asseguradas, futuramente, pela Autarquia, até porque o momento que atravessamos não é o melhor e a TROIKA ainda não se pronunciou em relação às medidas que irá tomar e portanto estão todos a aguardar com alguma expectativa e com alguma apreensão esperando que os Municípios não sejam mais uma vez sacrificados. Relativamente às transferências para o POLIS da RIA obviamente é um compromisso que a Câmara Municipal assumiu, até pela importância estratégica que esse investimento significa para o Município, e tudo fará para que seja cumprido assegurando que essas obras sejam executadas. -----

-----Usou da Palavra o Senhor Presidente da Câmara para prestar alguns esclarecimentos. Assim, quanto à execução orçamental referiu que quando se pretende fazer coisas tem que se assumir despesa e quando se fazem essas coisas existe uma relação entre a receita e a despesa e quando se investe a despesa vem sempre primeiro e a receita sempre depois e quando há um abrandamento nas receitas, sejam elas provenientes das várias fontes, isso reflecte-se. Portanto, se na altura de se discutir os planos de actividade e os orçamentos querem grandes obras tais como centros escolares, rede de saneamento, biblioteca, requalificação urbana, tem que se assumir que haja evolução da dívida e que num determinado momento ela possa existir para poder ser liquidada posteriormente. Há três factos que condicionam a evolução da dívida nesta prestação de contas: o primeiro é o desenvolvimento do Estádio Municipal que em termos financeiros foi adiado até a bem pouco tempo exactamente porque representava um esforço financeiro bastante elevado, aliás consta do relatório de prestação o valor deste montante na dívida a empreiteiros; em segundo temos o POLIS da RIA porque sem execução e de acordo com o plano que foi aqui aprovado em Assembleia existe um milhão de euros que vai vencendo e que tem de ser pago embora não se tenha a correspondente contrapartida em termos de obras físicas no terreno, mas terá de se esperar por elas e obviamente é um facto que não é atacável, uma vez que houve uma opção do Município de Vagos de se associar ao POLIS da RIA sabendo quais eram as consequências dessa associação e hoje far-se-ia outra vez; o terceiro facto prende-se com uma componente associada às obras de saneamento, ainda que este seja financiado pela ADRA, tais como obras de urbanização e requalificação urbana (vias, passeios e praças) e execução de rede de águas pluviais que estão associadas a obras no valor de dezasseis milhões de euros. Portanto, o vínculo da Autarquia a um volume desta natureza também é expressivo e assim sendo há que aceitar que a Autarquia possa ver crescer a sua dívida para poder ter investimento. Isto coloca, obviamente, um problema de sustentabilidade, ou seja, desde logo um problema de execução orçamental que vendo crescer a dívida não vê crescer a receita num determinado momento, por exemplo no próximo ano, em termos de prestação de contas, haverá um crescimento claro de receita porque 2011 é o ano de execução de fundos comunitários para o Município de Vagos e para a maioria dos Municípios Portugueses e nomeadamente os daqui da Região e isto porque foram, com excepção de Ílhavo, sendo sucessivamente atrasados na sua execução por força de uma reprogramação financeira que demorou mais de um ano e portanto em termos de entrada de receitas elas vão subir de forma clara. A estratégia

de sustentabilidade vem expressa exactamente no orçamento de 2011, e respondendo à preocupação do Senhor Deputado Pires Plácido naquilo que são medidas quer da redução de despesa quer de aumento da receita, onde são indicados um conjunto de medidas que tentarão desenvolver durante o ano de 2011 no sentido de aumentar a receita e reduzir a despesa e serão da mais variada índole, basta recordar o plano de actividades, passando pela contenção da despesa, e isso exige um grande esforço na despesa de investimento e não só na despesa corrente, pela cedência de serviços que de forma clara e objectiva vão conduzir à redução dos custos para o Município e pela tributação de direitos que hoje não são tributados. O financiamento do POLIS da RIA parcialmente está assegurado, isto é, está assegurado o abatimento da dívida com a SIMRIA e está assegurado o financiamento do POLIS da RIA através da SIMRIA também, ou seja, da cedência da rede em alta de saneamento ou de recolha e tratamento de águas residuais. Não é total, essa cobertura, mas ainda é um valor significativo que contribuirá para o POLIS da RIA. E haverá outros negócios que se poderão ter de lançar mão para sustentar, exactamente, a despesa de investimento e se tiver de ser feito far-se-á. Existem alguns activos que não se gostaria de alienar mas se tiver de ser utilizar-se-ão, isto se o mercado imobiliário continuar altamente retraído e aquilo que é o património da Autarquia valorizado possa ser objecto de alienação valorizado para esse efeito, porque se não poder não se vai inventar património para alienar. Obviamente que tudo isto passará pela Assembleia Municipal e algumas das situações até para aprovação por este órgão como é o caso da SIMRIA, negócio que está em fase de conclusão e antes de ser concretizado terá obrigatoriamente que vir à Assembleia Municipal. Portanto, todos os Deputados tomarão conta em cada momento de todas as decisões políticas em que o Município é chamado para a sua sustentabilidade financeira. Quanto à Cartas de Conforto o Tribunal de Contas, e a Câmara regula-se por este órgão porque não existe legislação que especifique sobre o tipo de cartas de conforto, emitiu um parecer ou recomendações onde refere três tipos: forte, médio e fraco. Fraco é aquela em que o Município se compromete a manter uma posição social num determinado negócio e que à partida se conhece. As Cartas de Conforto que a Câmara Municipal passou foram todas direccionadas à MAIS VAGOS e o compromisso assumido não é financeiro mas é um compromisso com as entidades bancárias onde se manterá o mesmo capital social, a mesma participação social. As Cartas de Conforto têm um prazo de validade, de acordo com o empréstimo, e foram passadas cerca de sete e neste momento estão em vigor duas, mas vincula o Município apenas à manutenção dos 49% no capital social, daí serem Cartas admissíveis no entendimento do Tribunal de Contas porque não contribuem rigorosamente em nada para a responsabilidade financeira ou a dívida do Município. Relativamente a uma das medidas drásticas que possa vir a ser tomada da extinção de Municípios e Freguesias Vagos tem boas probabilidades de anexar Ílhavo e Vagos, embora na opinião de Senhor Presidente da Câmara o processo de extinção de Municípios não seja assim tão simples. É um processo complexo que mexe com muita coisa e desde 1855 que não se faz uma reforma administrativa de vulto e por alguma razão não se fez, pelo contrário aumentaram-se, não muito, o número de Municípios e Freguesias. -----  
-----Feitos os devidos esclarecimentos, e não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o presente ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 21

(vinte e um) votos a favor, do Grupo Parlamentar do PSD, 0 (zero) votos contra e 8 (oito) abstenções, do Grupo Parlamentar do Movimento VAGOSPrimeiro. -----

-----De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o Ponto Três da Ordem de Trabalhos, aprovado em Reunião da Câmara Municipal realizada no dia 19 de Abril de 2011, à discussão da Assembleia: -----

-----**PONTO TRÊS: 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2011;** -----

-----Apresentou o ponto o Senhor Vereador Silvério Regalado informando os presentes de que houve uma entrega das Obras do Centro Escolar da Gafanha da Boa Hora ao concorrente classificado em 2º lugar do concurso e portanto a reprogramação financeira por parte do 1º concorrente era diferente e além disso o próprio valor não era o mesmo e foi necessário fazer esta revisão ao plano plurianual e consequentemente com a revisão ao orçamento. -----

-----Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o presente ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 28 (vinte e oito) votos a favor, 0 (zero) votos contra e 1 (um) abstenção, da Deputada Catarina Oliveira. -----

-----De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos, aprovado em Reunião da Câmara Municipal realizada no dia 15 de Março de 2011, à discussão da Assembleia: -----

-----Entretanto e quando eram cerca de vinte e uma horas e cinco minutos o Deputado Jorge Luís Oliveira ausentou-se da Sala de Sessões, por motivos urgentes e inadiáveis, pelo que não participou na discussão e votação dos assuntos que se seguem. -----

-----**PONTO QUATRO: RECTIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO PARCIAL AO PLANO PORMENOR DA GAFANHA DA BOA HORA / FLORESTA;** -----

-----Apresentou o ponto o Senhor Presidente da Câmara que informou de que a rectificação prende-se com o Centro Escolar da Gafanha da Boa Hora, uma vez que há um erro no quadro síntese e que cumpre ser rectificado. -----

-----Usou da palavra o Senhor Deputado Pires Plácido para questionar o Senhor Presidente se este período em que vão haver as alterações vai ter influência no compromisso contratual com o empreiteiro. -----

-----O Senhor Presidente informou que não. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o presente ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 28 (vinte e oito) votos a favor, 0 (zero) votos contra e 1 (sete) abstenção, da Deputada Catarina Oliveira. -----

-----De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara Municipal realizada no dia 15 de Março de 2011, à discussão da Assembleia: -----

-----**PONTO CINCO: ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE VAGOS Á 1ª REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL;** -----

-----Apresentou o ponto o Senhor Presidente da Câmara que referiu que o Plano Director Municipal (PDM) é um plano hierarquicamente superior ao Plano de Urbanização da Vila de Vagos. O PDM



promoveu algumas alterações àquilo que era o Ordenamento do Plano de Urbanização. Aprovado PDM cumpre adaptar o Plano de Urbanização a este e isto prende-se, penas, com duas pequenas alterações de pormenor de aumentos de perímetros urbanos no Lombomeão. -----

-----Usou da palavra o Senhor Deputado Rogério Simões para informar de que viu mais alterações e não apenas duas, sendo que uma delas se prende com a discrepância em áreas de Reserva Agrícola e de REN. No entanto, o que pretende ver esclarecido é se a Revisão ao Plano de Urbanização da Vila de Vagos vai ser cumprido na íntegra tal com está no PDM. -----

-----Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para informar de o Plano de Urbanização encontra-se, neste momento, em três momentos distintos, em alteração. A primeira, e mais simples, por adaptação ao Plano hierarquicamente superior (PDM), a segunda por alteração ao seu regulamento e a terceira, mais demorada, por Revisão. Portanto, aquilo que se pretende é adaptar, revendo, o Plano de Urbanização ao PDM, até porque todo o trabalho que foi feito no sentido de criar regras no PDM mais favoráveis que as regras do Plano de Urbanização só tinha como consequência lógica exactamente isso, o processo consequente da alteração. Aliás como forma de facilitar o processo de revisão o melhor expediente é dizer que se está, no fundo, a copiar ou transpor as regras do PDM. -----

-----Feitos os devidos esclarecimentos, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, e não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o presente ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade com 28 (vinte e oito) votos a favor. -----

-----De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o Ponto Seis da Ordem de Trabalhos, aprovado em Reunião da Câmara Municipal realizada no dia 15 de Março de 2011 de 2011, à discussão da Assembleia: -----

-----Entretanto regressou à Sala de Sessões o Senhor Deputado Jorge Luís Oliveira reassumindo as suas funções. -----

-----**PONTO SEIS: PROPOSTA DE REGULAMENTO DE PUBLICIDADE, PROPAGANDA E OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO;** -----

----- Apresentou o ponto o Senhor Vereador Marco Domingues informando os presentes de que este documento serve apenas para se enquadrar melhor a actividade e de se poder actuar com maior eficácia sobre esta matéria. -----

-----Usou da palavra a Senhora Deputada Catarina Oliveira para fazer uma observação em relação à forma como é apresentado, nomeadamente com o português e com o cuidado que se deve ter quando se faz um regulamento que se prevê seja utilizado por muitos anos. Entretanto, a Senhora Deputada propôs um conjunto de alterações. -----

-----Usou da palavra o Senhor Deputado Pires Plácido para referir que a intervenção da Deputada Catarina Oliveira vem de encontro ao que tem dito relativamente ao facto de existirem pessoas competentes e que se interessam pelos documentos que vêm a esta Assembleia. Em relação a este regulamento, e quando o Senhor Presidente falou na proposta de orçamento estarem contempladas algumas verbas, que se vão chamar extraordinárias, uma delas poderá ser precisamente o pagamento de publicidade que até agora não tem sido pago no Concelho de Vagos. Outra questão que referiu tem a ver com o artigo 3º onde se fala das excepções e que no entender do Senhor Deputado devia

contemplar algumas, como por exemplo para os Organismos de Utilidade Pública, tais como os Bombeiros Voluntários, IPSS's, Câmara Municipal, Tribunal. O artigo 9º faz referência aos itens a preencher para instrução do processo na Câmara Municipal. A sugestão que o Senhor Deputado deixou é se não será possível elaborar uma minuta com os documentos que devem ser entregues para quando as pessoas apresentarem a candidatura o processo seja agilizado. Sugeriu, ainda, a criação de um período transitório para adaptação ao Regulamento. -----

-----Usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Luís Oliveira para informar de que registou a preocupação do Senhor Pires Plácido mas esclareceu que as IPSS's, a Câmara e o Tribunal não fazem Publicidade Comercial e portanto essa questão não se coloca. No entanto, as outras observações feitas devem ter-se em conta e consideradas como proposta de melhoria do regulamento, sendo este aprovado com as correcções e alterações propostas pela Deputada Catarina Oliveira e pelo Deputado Pires Plácido. O Senhor Deputado sugeriu, ainda, que se for necessárias depois duas pessoas dos dois Grupos Parlamentares fazerem uma redacção para aquelas questões aqui levantadas, como já fez noutras situações, estarão disponíveis. -----

-----O Senhor Vereador Marco usou da palavra para informar de que não vê qualquer inconveniente para que sejam feitas essas alterações e que possam trabalhar em conjunto, até porque houve uma preocupação muito grande em se fazer um regulamento que se enquadrasse o mais possível numa actividade que não tinha regulamento algum estando bastante dispersa no Concelho causando alguns problemas. O regulamento foi trabalhado por mais que uma pessoa, obviamente, mas, ainda assim, apesar de toda a leitura há sempre questões que falham e todas as sugestões de melhoria serão bem aceites. Relativamente à questão das isenções sugeridas pelo Deputado Pires Plácido e Senhor Vereador referiu que essas estão contempladas num outro Regulamento, para o qual este remete, que é o Regulamento e Tabelas de Taxas pela Concepção de Licenças e Prestações de Serviços do Município de Vagos. No que diz respeito ao período transitório primeiro terá de haver o tal documento de enquadramento e que permitia fazer este trabalho em 1ª instância e depois a partir daí há uma estratégia definida para poder ter esse período transitório, quer para actuar de modo fiscalizador para que futuramente não paguem só alguns. -----

-----Entretanto, e quando eram cerca de vinte e uma horas e quinze minutos o Deputado César Ribeiro Oliveira ausentou-se da Sala de Sessões, por motivos urgentes e inadiáveis, pelo que não participou na discussão e votação dos assuntos que se seguem. -----

-----O Senhor Presidente submeteu à votação o Regulamento com as alterações introduzidas pela Deputada Catarina Oliveira, cuja versão final se fixa em documento, que se dá aqui como inteiramente reproduzido e ficará arquivado na pasta anexa ao presente Livro de Actas, depois de rubricado por todos os elementos da Mesa da Assembleia Municipal, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

-----De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o Ponto Sétimo e último, da Ordem de Trabalhos, à discussão da Assembleia: -----

-----**PONTO SETE: ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E SEU SUBSTITUTO, PARA O XIX CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES.** -----

-----Apresentado o ponto pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi realizada a votação por escrutínio secreto, para a eleição do Presidente da Junta de Freguesia e do seu substituto, individualmente. Os resultados para a eleição dos Representantes das Juntas de Freguesia foram os seguintes: -----

-----Dulcília Sereno, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos: 16 (dezassexes) votos;

-----Carlos Alberto Costa Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos: 8 (oito) votos; -----

-----Cláudio Curto, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina: 1 (um) voto; -----

-----Votos Nulos: 1 (um); -----

-----Votos em branco: 1 (um); -----

-----Face aos resultados obtidos foi eleito o representante dos Presidentes de Juntas de Freguesia, para o XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Senhora Dulcília Sereno, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos; -----

-----Os resultados para a eleição do substituto, no referido Congresso, foram os seguintes: -----

-----Cláudio Curto, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina: 17 (dezasete) votos; -----

-----Carlos Alberto Costa Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos: 1 (um) voto; -----

-----Jorge Luís Oliveira: 1 (um) voto; -----

-----Votos em branco: 5 (cinco); -----

-----Face aos resultados obtidos foi eleito o substituto do representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para o XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Senhor Cláudio Curto, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina.

-----Encerrado o Período da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a reunião à intervenção do público. -----

-----Do público pediu e usou da palavra o Munícipe Fernando Capela para colocar duas questões dirigidas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. A primeira tem a ver com a Sociedade MAIS VAGOS e o que o Senhor Fernando Capela pretende saber quanto que esta Sociedade já recebeu da venda dos terrenos da Zona Industrial da Parcela A e da Parcela F. A segunda questão prende-se com uma opinião pessoal do Munícipe e que este colocou à consideração de todos: atendo à situação económica do País e do Concelho entende o Senhor Fernando Capela que a Câmara Municipal deveria de pensar ou repensar a construção dos Paço do Concelho nos moldes que está, neste momento, em previsão de execução. Nesta altura todos devem pensar na situação dramática do País, uma vez que a conjuntura económica não é boa, entende o Munícipe que deveriam pensar em discutir este assunto publicamente, entre todos, porque a situação que foi proposta, e da qual o Senhor Fernando Capela fez parte quando integrou o anterior executivo, assumindo aqui a sua responsabilidade, está, neste momento, completamente desajustada. Sugere o Senhor Fernando Capela que as responsabilidades sejam assumidas e de uma vez por todas anular essa decisão e deixar para mais tarde quando a conjuntura económica for outra. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder à questão colocada, pelo Senhor Fernando Capela, informando-o de que desde que faz parte do Conselho de Administração da MAIS

VAGOS assinou contratos no valor de oitocentos e cinquenta mil euros. Quanto ao teor restante não pode o Senhor Presidente neste momento e lugar satisfazer a curiosidade do munícipe. -----

-----Não havendo mais público para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao segundo secretário para a leitura da minuta da acta. -----

-----De imediato o segundo secretário, Senhora Maria da Graça Matias Gadelho, procedeu à leitura da minuta da acta da presente sessão. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da acta a votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

-----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta Sessão, eram vinte e uma horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelos Membros da Mesa. -----

-----**O Presidente,** \_\_\_\_\_

-----**O Primeiro Secretário,** \_\_\_\_\_

-----**O Segundo Secretário,** \_\_\_\_\_